

## **ATA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL**

---

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru  
Comunidade de São Francisco de Iratapuru

Às 08:30 da manhã do dia 26 de novembro de 2014, Christoph Jaster abre a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico, destacando que realizar esta reunião na comunidade é uma conquista há anos demandada e que reflete os ideais e o espírito deste Conselho, enaltecendo a importância disso possibilitar a visita ao empreendimento da UHE Santo Antônio, um dos temas de que deve tratar este Mosaico. Abre para apresentações dos participantes. Durante sua apresentação, Muru Wajãpi solicita que se insira na pauta a questão da Casa da Amizade. Findas as apresentações, Paulo Russo encaminha a construção do acordo de convivência. Feitos os informes, Christoph passa à leitura da ata da terceira reunião ordinária, realizada em maio de 2014, em Pedra Branca do Amapari. A plenária decide que desta 4ª reunião em diante será feita a leitura da ata da reunião anterior logo na abertura, e que, além disso, se faça a leitura da ata ao fim da própria reunião. Christoph Jaster pergunta à plenária se, além de Muru, mais alguém tem pontos de pauta a propor, ao que Leonardo Rosa, aluno da Efapen, sugere que se retomem as discussões sobre os corpos d'água, tendo em vista a suspeita de contaminação por mercúrio que há no Tucano II. Décio Yokota, do Iepé, lembra que o Conselho já vem deliberando sobre isso faz tempo e rememora o processo de interlocução com Roberta Barboza, professora da Unifap. Sr. Pedro Amaral e Sr. Sebastião Gomes solicitam que a Faixa da Amizade seja ponto de pauta. A plenária concorda e Bruno se compromete a fazer essa fala. Marcos Pinheiro faz, então, um resgate da história do Mosaico, embasado pela exposição de banners, e retoma debates e encaminhamentos cruciais do Conselho. Rememora que o tema dos grandes empreendimentos é central, e que foi por conta disso que optou-se por realizar esta reunião do Conselho na própria RDS, a fim de que os conselheiros possam ver, na prática, um empreendimento como a UHE Santo Antônio e, assim, prosseguir com o processo formativo do Conselho através da avaliação de seus impactos. Marcos passa a palavra a Aldemir, representante da Sema e da RDS, para que façam um relato sobre a comunidade, a RDS e o trabalho da Comaru. Finda a apresentação, Márcio André, também representante da Sema e da RDS, fala sobre a RDS e sobre o processo de implantação da UHE Santo Antônio e sobre o processo de negociação com a EDP e os aspectos positivos e negativos da transposição da vila. Vivianne Eilers solicita a Aldemir que relate mais detalhadamente sobre o processo de negociação com a empreiteira, ao que Aldemir atende de pronto. Sr. Sebastião pede a palavra para complementar o relato e narra com detalhes esse processo, esclarecendo que seu produto final não ficou plenamente afeito aos anseios da comunidade por conta da carência de assessoria jurídica e técnica de que padeceu a Comaru durante o processo. Paulo Russo pergunta, então, se há algum plano de monitoramento dos impactos do empreendimento e das obras de compensação, ao que Sr. Sebastião responde que ainda está em negociação. Marcos pergunta sobre a relação da RDS com a câmara técnica do Ibama responsável pela destinação das compensações, frisando que o Mosaico é uma plataforma legítima para demandar controle social sobre isso. Paulo Russo aproveita para salientar que

há previsão legal de que o Conselho do Mosaico seja uma instância através da qual se promova o controle social desse investimento e sugere que o Conselho se posicione a respeito. Sandro, da Sema, pede a Márcio André e Aldemir que contem melhor como foi o processo que culminou na repartição de benefícios oriundos da atuação da Natura com a Comaru. Márcio André se dedica à essa narrativa, explicando à plenária o funcionamento do fundo e detalhes dos três contratos relativos à repartição de benefícios, uso de conhecimentos tradicionais e sobre o contrato entre Natura, GEA e comunidades, acerca da repartição de benefícios relativos ao uso de patrimônio genético. Dênis, representante do IBAM pergunta se as informações sobre o Fundo são claras para todas as comunidades e se e as oportunidades de acesso a ele são franqueadas a todas elas. E pergunta se, em caso negativo, o Mosaico poderia auxiliar nesse processo. Márcio André replica que isso não ocorre atualmente, mas que pode ser franqueado através da abertura de editais que podem, inclusive, estender-se aos indígenas, por exemplo. O cacique Aretina, traduzido por Ubirajara, faz uma fala sobre sua aguda preocupação com o que tem visto em relação à barragem, salientando os impactos sensíveis e argumentando que teme pelo fato de que isso tudo certamente afetará sua região. Márcio André e Sr. Luiz Fernandes afirmam, contudo, que há uma série de dispositivos na barragem que visam controlar e regular a cheia do rio e mitigar tais impactos. Acerca da fala de Dênis, Paulo Russo considera que o Mosaico pode ser uma das instâncias através das quais as comunidades se fortaleçam através de processos formativos que qualifiquem o acesso a fundos e ao diálogo com o Estado e empreiteiras, como mencionado. Sr. Grande, de Iratapuru, fala sobre os muitos impactos da cheia do rio, decorrentes da construção do empreendimento e sua preocupação quanto às mudanças no curso do rio, que afetarão igapós e todos os ecossistemas que se realizam em função, justamente, do sistema hidrológico do rio. Giovanni Musial, do IEF, pergunta a Márcio André se o Apina não poderia demandar, do Fundo mencionado por Márcio André, apoio para a reativação da Casa da Amizade, ao que Márcio André respondeu afirmativamente. Musial pergunta se o pacote de benefícios ofertado pela empreiteira como compensação à sua atuação se resume à construção das casas. Aldemir responde que o único benefício além dessas casas foram uma quadra poliesportiva, um posto policial, um posto médico e a reforma da escola, mas que não se resumia a isso o pacote, citando o exemplo do saneamento, que se mostrou ineficaz. Sr. Bajara pergunta se essa compensação, tão pontual, não seria ineficaz, pensando que a obra, e seus impactos, sobreviverão às obras de compensação, ao que Aldemir responde que sim, e que, em verdade, a comunidade já vem sofrendo impactos sensíveis que superam a oferta de compensação. Vivianne Eilers considera que as comunidades têm como participar dos processos de revisão dos programas de mitigação de impactos a todo momento, através de um diálogo direto com a empreiteira ou através da Linha Verde do Ibama. Menciona também que há um fórum de acompanhamento dos programas de mitigação da hidrelétrica, que deve ser realizado semestralmente do qual as comunidades podem participar e que, havendo problemas graves, as comunidades podem produzir documentos e acionar o Ministério Público. Sr. Bajara faz uma fala no sentido de que as comunidades não tiveram gerência sobre as etapas de construção do empreendimento, citando o caso da extração de areia. Francisco Pinto, assessor de gabinete da prefeitura de Laranjal do Jari, afirma que a Prefeitura também tem se esforçado

em monitorar, através de seu setor jurídico e do Ministério Público, os programas de compensação e a gestão do fundo. A questão do açaí, que foi um dos recursos que mais sofreu impacto com a implantação do empreendimento, motiva debate na plenária, entre conselheiros da RDS. Marcos Pinheiro observa que, tendo constado ou não nos inventários de recursos de que se valem as comunidades – que motivam o cálculo das compensações – trata-se de um recurso importante que vem sofrendo com a cheia do rio e serve como um relevante aprendizado para as comunidades sobre como proceder na interlocução com o Estado e a empreiteira, demonstrando que esse processo de diálogo não é finito e pontual. Faz uma rememoração dos debates da manhã e tece explicações sobre o fundo onde se deposita os recursos da compensação, ressaltando que uma das potencialidades do Mosaico é justamente promover controle social sobre o fundo de compensações, recomendando que o Mosaico se dedique a isso, pois é seu papel assegurado por lei. Fala também sobre os *royalties*, lembrando que esse foi um dos temas mais debatidos na última reunião, e que é uma oportunidade que o Mosaico não deve perder. Aproveita o ensejo para versar sobre as repartições de benefícios, afirmando que este é também um sentido para o qual o Mosaico pode focar seus esforços enquanto fórum social através do qual as comunidades organizadas podem se fortalecer em seu diálogo com o Estado e as empresas. Bruno pede a palavra para afirmar que, conforme vem dizendo em todas as últimas reuniões do Mosaico, os fundos e as compensações são recursos disponíveis que podem ser utilizados justamente para fortalecer as comunidades e suas associações para qualificar o máximo possível o controle social sobre esses próprios fundos. Encerram-se os trabalhos da manhã. Durante a tarde, o Conselho visita a UHE Santo Antônio e a comunidade de Cachoeira. Os trabalhos do dia 27 de novembro iniciam-se, pela manhã, com comentários dos conselheiros sobre a visita do dia anterior. Sr. Sabá, de São Francisco, afirma que é importante registrar que há conflitos e dúvidas quanto aos limites da RDS com a ESEC Jari, ao que Marcos argumenta que esse é um ponto importante que deve ser colocado ao fim desse encontro, quando se encaminhará os próximos passos do Mosaico. Apowaiko pede a palavra para comentar com tristeza que a cachoeira ficou desfigurada, e rememora seus antepassados, que tinham caminhos nessa região. Marcos aproveita para salientar que os indígenas, que estão nas cabeceiras podem monitorar os impactos do empreendimento (por exemplo piscosidade do rio), e que o Mosaico pode servir como uma plataforma para encaminhar isso. Sr. Luiz Fernandes, de Cachoeira, considera, contudo, que não havia piracema mesmo antes da barragem, apontando que as espécies de peixes que havia acima e abaixo da cachoeira sempre foram diferentes. Davi relata a aguda preocupação de todos os povos indígenas com as mudanças que certamente ocorrerão por conta da construção da barragem. Sr. Curupira, de Cachoeira, argumenta que há uma enorme pressão sobre a ictiofauna porque em virtude da barragem ficou mais fácil para a população de Laranjal pescar naquela região, além da facilidade de acesso que a própria obra gerou. Bruno pede a palavra para mencionar a fala do Procurador da República Felício Pontes, que menciona, sobre o caso de Belo Monte, que a legislação prevê compensações e mitigações sobre impactos ambientais para o caso de um empreendimento desses, mas deixa de fora os impactos socioeconômicos, como, por exemplo, o aumento de mais de 300% na taxa de homicídios em Altamira após o início das obras. Menciona a mudança nas relações interpessoais e intercomunitárias, valores e no ritmo da vida das

comunidades, causada pelo grande aporte de mão-de-obra que assomou à região, e que depois ficará à deriva, sem emprego, e propõe que seja uma tarefa do Conselho pensar nisso. O secretário de Laranjal argumenta que a Prefeitura está aberta ao diálogo, e que deseja a transparência, convidando as comunidades a acessar os canais de comunicação que a prefeitura vem disponibilizando a fim de evitar o isolamento. Incita o Conselho a participar na prefeitura em todos seus fóruns. Sr. Grande, da BioRio menciona o quanto a ocupação dessa região pelos castanheiros assegura sua integridade, a vigilância e facilita a fiscalização, mas considera que os ambientes não suprirão mais as necessidades das comunidades, futuramente, e solicita que o Conselho se dedique a pensar em estratégias para dar conta disso, como piscicultura, por exemplo. Seguindo a pauta, Marcos passa a palavra para Bruno, que explica sobre a Faixa da Amizade e seus novos desdobramentos, como a criação do Grupo Executivo do Incra (Portaria 665/2014) que visa efetivar a demarcação do PA Perimetral Norte, passando pelas invasões à terra indígena Wajãpi e a articulação destes com os vizinhos e o Ministério Público Federal. Afirma que depois de um longo processo que culminou na implementação da Floresta Estadual, com seu zoneamento, plano de manejo e conselho consultivo, chega-se a um momento em que o GEA, temendo pela sustentabilidade da UC no novo governo, negocia junto ao Incra uma proposta conjunta GEA-Incra para a anulação do trecho da Flota que faz a intersecção entre o PA Perimetral Norte e a Terra Indígena Wajãpi, que, parece, consistirá em um novo projeto de assentamento, tomando o lugar da Flota Módulo I, talvez um projeto de assentamento extrativista (PAE) ou projeto de assentamento de desenvolvimento sustentável. Bruno ressalta que os Wajãpi são o primeiro povo indígena do Brasil a configurar seu Protocolo de Consulta e Consentimento, regulamentado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que GEA e Incra estão obrigados, perante o Ministério Público e o Apina, a somente apresentar essa proposta aos Wajãpi mediante o Protocolo. Frisa que o desejo dos Wajãpi é incluir os assentados em toda etapa do processo, obrigando o Estado a consultá-los da maneira mais próxima possível ao Protocolo Wajãpi. Depois de responder as perguntas, Bruno encerra sua fala, e permite que Marcos passe a palavra à Bárbara Cardoso e Charly Sanches, para que, seguindo a pauta, façam a exposição sobre o Fórum da Juventude e seu trabalho na Perimetral Norte, no âmbito da sinergia Iepé-ICMBio-Efapen. E leem a Carta de Responsabilidade produzida pelos jovens durante o Fórum, em Pedra Branca. Bárbara convida Rafael e Leonardo, representantes da Efapen no Coletivo, para que narrem sua experiência. Sandro, da Sema, alerta que o Coletivo Jovem pode procurar o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico - para acionar as comunidades do Bailique, onde o GTA promove o Protocolo Comunitário com pouca participação de jovens. Carlos, da Efapen, parabeniza o trabalho realizado pelo Coletivo e convida Leonardo e Rafael para falarem no programa de rádio em que está trabalhando em Pedra Branca do Amapari. Dênis, do Ibam, também parabeniza a iniciativa e pergunta como se estrutura e se mantém o Coletivo Jovem, ao que Bárbara responde. Giovanni Musial pede a palavra para, parabenizando o Coletivo, colocar o Instituto Estadual de Florestas, IEF, à disposição para auxiliar o Coletivo a captar recursos junto aos fundos e à Sema. Edilza agradece a todos, conclamando os envolvidos nesse processo à frente da sala. Aretina, traduzido por Ubirajara, agradece aos jovens e os parabeniza. Afirma que lá nas aldeias não se vê os jovens estudando sobre

o meio ambiente e se empenhando na atuação nesse sentido, ressaltando a importância da formação na prática dos jovens para assegurar a sustentabilidade. Sr. Francisco, da Prefeitura de Laranjal, parabeniza o coletivo e se coloca a sua disposição para articular conforme possível os trabalhos do Coletivo em Laranjal, mencionando que contribuiu com R\$10.000, de seus recursos pessoais, com um grupo de jovens de Macapá. Marcos, com a palavra, coloca em questão: como o Conselho do Mosaico pode incorporar o Coletivo Jovem e seu trabalho ao seu universo? Sr. Luiz Fernandes salienta a necessidade e a importância da participação jovem no Mosaico, secundado por Sr. Pedro Amaral. Giovanni Musial propõe que, sendo o Conselho composto por titulares e suplentes, as comunidades podem se empenhar em, quando escolherem seus suplentes, elegerem jovens. Bruno salienta que as comunidades têm total autonomia para escolher seus representantes e que fica como proposta do Conselho para elas que se empenhem nisso. Complementa que a Câmara Técnica de Formação se dedique a capacitar e a formar perenemente esses jovens representantes durante as próprias reuniões do Conselho, em todos os momentos possíveis, como deslocamento, horários de almoço, período noturno das reuniões etc. Paulo Russo reitera essa proposta, e relembra que essa sempre foi uma prática exitosa da Efapen. Sr. Sebastião Gomes, do Cachaço, argumenta que se empenhará em articular isso junto à sua comunidade. Paulo Russo, com a palavra novamente, propõe que, sendo ponto de pauta os próximos passos do Mosaico, seja colocada como questão a se encaminhar a inserção dos jovens no Conselho. Marcos argumenta que, com base no que dispõe o regimento, a inclusão dos jovens no Conselho seja pensada de um modo que não precise alterá-lo. Bruno, com a palavra, rememora que o Conselho das Aldeias Wajãpi Apina teve uma experiência interessante quando os caciques elegeram jovens, prioritariamente, para compor seus quadros. Não foi necessário modificar o estatuto do Apina para fazê-lo: mas isso só foi possível porque esses jovens, que atuaram tão bem nas associações, passavam por um longo e sólido processo de formação. Afirma, por fim, que esse pode ser o arranjo ideal: o Conselho promover processos formativos, nas comunidades, a fim de que as próprias comunidades possam eleger jovens capacitados. Marcos encaminha o próximo ponto de pauta: o diagnóstico das cadeias produtivas realizado por Airton, consultor contratado pelo Iepé – que não está presente. Edilza contextualiza, então, o processo, e narra sobre a condução do estudo cujo resultado seria apresentado por ele. Carlos Alberto, da Efapen, complementa. Marcos passa ao próximo ponto: Casa da Amizade, convidando Muru Wajãpi a falar. Com a palavra, Muru relata sobre a história da Casa da Amizade e a situação em que encontrou a Casa em sua última visita, em agosto desse ano. Luiz Fernandes reitera que a Casa está dentro da RD, e que é de interesse da própria Sema manter essa iniciativa, uma vez que promove a vigilância e a fiscalização contra ilícitos na RDS. Apela aos gestores da RDS que se dediquem a fortalecer a iniciativa da Casa. Sr. Luiz sugere que se empenhem em fazer a trilha em linha reta, até o Fé em Deus, em vez de gastarem tempo indo de canoa, voadeira e batelão. Marcos pergunta a Márcio André como a Sema enxerga tudo isso e quais encaminhamentos pode tomar. Márcio André afirma que a Sema não tem como custear uma expedição dessas e relembra que quem financiou a última foi o WWF-Brasil. Marcos pergunta, então, se o POA do Arpa para a Sema não contemplaria essas iniciativas. Mas o Arpa se encerra em 2015. Marcos pergunta, então, se o fundo da Sema não poderia financiar

essa iniciativa, ao que Márcio André e Sandro, da Sema, respondem que dependerá dos custos, e recomendam que se concilie essa expedição com outras atividades. Christoph argumenta que a Casa da Amizade é algo mais simbólico do que físico: manter a Casa, reformando-a, somente faria sentido, argumenta, se a edificação fosse estrategicamente utilizada. Pergunta qual a finalidade prática da Casa. Muru argumenta que ela é um símbolo da amizade, e que seria bom manter um rádio nela. Christoph salienta que a Casa poderia ser substituída por um marco geodésico, algo mais simbólico, que exigisse menos manutenção. Diante disso, Marcos propõe que Muru, Márcio André, Bajara e Sr. Luiz Fernandes debatam, durante o horário do almoço, quais encaminhamentos tomar para fortalecer essa iniciativa, a serem expostos na parte da tarde. Marcos passa a palavra a Giovanni Musial que apresenta o ProExtratativismo, do IEF, e contempla os 19 comunitários de São Francisco do Itatapuru com os insumos oriundos do ProCastanha. Os trabalhos da tarde são abertos com a divulgação das decisões dos Wajãpi em conjunto com moradores da RDS quanto à Casa da Amizade: ficou como encaminhamento que Muru descerá de Kupa'y para a Casa em dezembro e buscará reformá-la com os recursos de que dispuser, abrindo uma roça, enquanto entre junho e agosto de 2014 se fará uma expedição de Itatapuru até a Casa da Amizade com apoio da Sema e das associações Wajãpi. Quanto à sinalização dos limites da ESEC, o encaminhamento é que será enviada para a CR4 do ICMBio uma solicitação para a sinalização dos limites, tendo como ponto focal o Sr. Paulo Russo, do Parna. Quanto à inserção dos jovens no âmbito do Conselho, a sugestão é que (com base no Regimento), como a cada dois anos há que se fazer a renovação do Conselho, fica como encaminhamento que na próxima reunião se traga um jovem para cada cadeira, além do titular e do suplente, para acompanhar a reunião de modo que, quando se proceder a renovação se inclua os jovens na composição como suplentes. Aprovada por unanimidade. Quanto à data da próxima reunião, deliberou-se que será na terceira semana de março. Quanto ao local, decidiu-se que será em Macapá. Deliberou-se também que durante o próprio evento será produzida uma Carta do Conselho do Mosaico ao Governo do Estado, agregando propostas consensuadas durante a plenária, que deverá ser entregue ao governador durante o próprio evento. Ficou acordado ainda que se fará, na próxima reunião a apresentação dos produtos da consultoria que fez o diagnóstico das cadeias produtivas da Perimetral, e também sobre a proposta de que os Wajãpi façam uma apresentação sobre seu Protocolo de Consulta e Consentimento a fim de inspirar outras comunidades, tais como a recém reconhecida comunidade quilombola de Dona Antônia. Os conselheiros fazem a avaliação e passam à visita à fábrica de beneficiamento de castanha mantida pela Comaru. No retorno da visita, Bruno e Edilza dão informes práticos, e Bruno propõe que os conselheiros leiam o Juramento do Conselheiro, o que é feito. Constatando-se que houve um considerável esvaziamento da plenária, devido à partida de representantes de órgãos como ICMBio, deliberou-se que o encaminhamento extraído dessa reunião, que consistia na leitura da ata no fim não poderá ser cumprido. Decidimos ler a ata no início da próxima reunião. Marcos Pinheiro dá o evento por encerrado.